

Como Comunicar Situações de Risco:

Através de:

Carta dirigida à Presidência da C.P.C.J.
de Alcoutim

Rua do Município, nº 12, 8970- 066, Alcoutim

Câmara Municipal de Alcoutim

email: cpcjalcoutim@gmail.com

Atendimento diário das 09.0h às 17.30h

Telefone:

281540559

Fax 281546625

Fora do horário de atendimento:

Posto da GNR

Telefone:

281546208

Linha Verde Recados da Criança:

800206656

Comissão de Protecção
de Crianças e Jovens
do Concelho de Alcoutim



Comissão de Protecção de crianças e Jovens do Concelho de Alcoutim

A comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Alcoutim, foi criada através da portaria nº 384 /2008 de 29 de Maio, é uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional que tem como objectivo promover os direitos e a protecção das crianças e jovens em perigo do concelho de Alcoutim, garantindo o seu bem-estar e desenvolvimento integral. A sua acção estende-se a toda a área do concelho de Alcoutim.

Vinculação das Deliberações (Artigo 28º da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo)

As deliberações da Comissão de Protecção são vinculativas e de execução obrigatória para os serviços e entidades nela representados, salvo oposição devidamente fundamentada.

A Comissão de Protecção comunica ao Ministério Público as situações em que um serviço ou entidade se oponha a execuções das suas deliberações.

Crianças e Jovens em Perigo

Considera-se que a criança ou jovem está em perigo quando designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- Sofre maus - tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- É obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectam gravemente a sua segurança ou equilíbrio emocional;
- Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

Anonimato

Qualquer cidadão, tem o dever de denunciar os casos de violação dos direitos das crianças e jovens, ou quaisquer outras situações que tenha conhecimento e que possam pôr em causa o seu bem-estar.

Ao denunciar à CPCJ qualquer situação relativa a crianças e jovens, poderá solicitar o seu anonimato. As entidades com competência em matéria de infância e juventude, assim como quaisquer serviços públicos, não podem invocar o anonimato nas denúncias, uma vez que cabe a estas também a promoção dos direitos e a protecção das crianças e jovens em perigo.

Instituições representadas na CPCJ de Alcoutim:

Câmara Municipal de Alcoutim
Centro Distrital Segurança Social de Faro
Direcção Regional de Educação do Algarve
Administração Regional de Saúde do Algarve
Guarda Nacional Republicana
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoutim
Centro de Desenvolvimento Cultural e Social de Martim Longo
Associação de Pais da Escola Básica Integrada de Martim Longo
Assembleia Municipal de Alcoutim
Associação Inter-Vivos
Grupo Desportivo de Alcoutim